



**Reparação do Posto de Transformação do Complexo Escolar do Furadouro
incluindo o Fornecimento e Montagem dos respetivos equipamentos**

Caderno de Encargos

**Reparação do Posto de Transformação do Complexo Escolar do Furadouro
incluindo o Fornecimento e Montagem dos respetivos equipamentos**

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS.....	4
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	4
Cláusula 1. ^a - Objeto.....	4
Cláusula 2. ^a - Contrato.....	4
Cláusula 3. ^a – Prazo.....	5
Cláusula 4. ^a - Forma e documentos contratuais.....	5
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	5
SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR.....	5
<i>Subsecção I - Disposições gerais.....</i>	<i>5</i>
Cláusula 5. ^a - Obrigações da entidade adjudicatária.....	5
Cláusula 6. ^a – Conformidade e operacionalidade dos bens.....	6
Cláusula 7. ^a – Entrega dos bens.....	7
Cláusula 8. ^a – Inspeção e testes.....	7
Cláusula 9. ^a – Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias.....	7
Cláusula 10. ^a – Aceitação dos bens.....	8
Cláusula 11. ^a – Garantia dos bens.....	8
Cláusula 12. ^a – Garantia dos Serviços.....	9
<i>Subsecção II - Dever de sigilo.....</i>	<i>9</i>
Cláusula 13. ^a - Objeto do dever de sigilo.....	9
Cláusula 14. ^a – Prazo do dever de sigilo.....	9
Cláusula 15. ^a – Proteção de dados.....	10
SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS.....	10
Cláusula 16. ^a – Preço base.....	10
Cláusula 17. ^a - Preço contratual.....	10
Cláusula 18. ^a - Condições de pagamento.....	11
CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS.....	11
Cláusula 19. ^a - Penalidades contratuais.....	11
Cláusula 20. ^a – Força Maior.....	12
Cláusula 21. ^a – Extinção do Contrato.....	13
CAPÍTULO IV - RESOLUÇÃO DO CONTRATO.....	13
Cláusula 22. ^a – Resolução por parte do Município de Óbidos.....	13
Cláusula 23. ^a - Resolução por parte da entidade adjudicatária.....	13
CAPÍTULO V – CAUÇÃO E SEGUROS.....	14
Cláusula 24. ^a – Caução.....	14
Cláusula 25. ^a – Garantia de cumprimento contratual.....	14
Cláusula 26. ^a – Seguros.....	14
CAPÍTULO VI – GESTÃO DO CONTRATO.....	15
Cláusula 27. ^a – Supervisão e controlo.....	15
CAPÍTULO VII – RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS.....	15
Cláusula 28. ^a - Foro Competente.....	15
Cláusula 29. ^a – Extinção do Contrato.....	15
CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS.....	16

**Reparação do Posto de Transformação do Complexo Escolar do Furadouro
incluindo o Fornecimento e Montagem dos respetivos equipamentos**

Cláusula 30. ^a - Comunicações e notificações.....	16
Cláusula 31. ^a - Contagem dos prazos.....	16
Cláusula 32. ^a - Legislação aplicável.....	16
PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS – ESPECIFICAÇÕES PARTE II - CLÁUSULAS RELATIVAS AOS ASPECTOS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO.....	17
<i>Cláusula 33.^a – Aspetos de execução do contrato submetidos à concorrência.....</i>	<i>17</i>
<i>Cláusula 34.^a – Aspetos de execução do contrato não submetidos à concorrência.....</i>	<i>17</i>
PARTE III – CLÁUSULAS TÉCNICAS - ESPECIFICAÇÕES.....	18
Cláusula 1. ^a – Características dos bens.....	18
Cláusula 2. ^a – Critérios ambientais.....	18

**Reparação do Posto de Transformação do Complexo Escolar do Furadouro
incluindo o Fornecimento e Montagem dos respetivos equipamentos**

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS

Capítulo I - Disposições gerais

Cláusula 1.ª - Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **Reparação do Posto de Transformação do Complexo Escolar do Furadouro incluindo o Fornecimento e Montagem dos Respetivos Equipamentos**, a efetuar em **conformidade com**:

- a) Código dos Contratos Públicos;
- b) Documentos do Processo de Concurso;
- c) As normas técnicas, profissionais e deontológicas inerentes à atividade.

Cláusula 2.ª - Contrato

1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no

**Reparação do Posto de Transformação do Complexo Escolar do Furadouro
incluindo o Fornecimento e Montagem dos respetivos equipamentos**

artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

5 - As normas constantes do Código dos Contratos Públicos relativas às fases de formação e execução do contrato, prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes, nos termos do disposto no art.º 51.º do citado diploma legal.

Cláusula 3.ª – Prazo

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 10 dias, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.ª - Forma e documentos contratuais

1 - Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP, não será reduzido contrato a escrito.

2 - Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do CCP, entende-se que o contrato resulta da conjugação do caderno de encargos com o conteúdo da proposta adjudicada.

Capítulo II - Obrigações contratuais

Secção I - Obrigações do fornecedor

Subsecção I - Disposições gerais

Cláusula 5.ª - Obrigações da entidade adjudicatária

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para a entidade adjudicatária as seguintes obrigações principais:

- a) Fornecer os bens e proceder a respetiva montagem de acordo com o estipulado no presente caderno de encargos e em conformidade com legislação própria;
- b) Garantir a conformidade e a operacionalidade dos bens entregues, quando aplicável;
- c) Manter atualizados todos os documentos de habilitação;

**Reparação do Posto de Transformação do Complexo Escolar do Furadouro
incluindo o Fornecimento e Montagem dos respetivos equipamentos**

d)Comunicar antecipadamente os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do presente procedimento, ou o cumprimento de qualquer outras das suas obrigações, logo que deles tomem conhecimento nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;

e) Manter o sigilo e garantir a confidencialidade.

2 - A título acessório, a entidade adjudicatária fica ainda obrigada, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados ao fornecimento/prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

3 - São da responsabilidade da entidade adjudicatária quaisquer encargos decorrentes da utilização de patentes, marcas registadas ou licenças. E, caso se verifique infração, a entidade adjudicatária terá de indemnizar em todas despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Clausula 6.ª – Conformidade e operacionalidade dos bens

1 – A entidade adjudicatária obriga-se a entregar a entidade adjudicante os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos.

2 – Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário a sua entrada em funcionamento.

3 – E aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na Lei que disciplina os aspetos relativos a venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita a conformidade dos bens.

4 – A entidade adjudicatária é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

**Reparação do Posto de Transformação do Complexo Escolar do Furadouro
incluindo o Fornecimento e Montagem dos respetivos equipamentos**

Clausula 7.ª – Entrega dos bens

- 1 – Os bens objeto do contrato devem ser entregues e instalados no Complexo Escolar do Furadouro, no prazo de 10 dias, a contar da data da emissão da respetiva Requisição Externa de Despesa e efetiva publicação no Portal dos Contratos Públicos (BASE);
- 2 – A entidade adjudicatária obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa/inglesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles;
- 3 – Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para a entidade adjudicante, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre a entidade adjudicatária.
- 4 – Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade da entidade adjudicatária.

Cláusula 8.ª – Inspeção e testes

- 1 – Efetuada a entrega dos bens / prestação dos serviços, a entidade adjudicante, por si ou através de terceiros por ela designados, procede, no prazo de 24 horas, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se estes correspondem às quantidades/ solicitações efetuadas.
- 2 - É realizada uma Inspeção Técnica, para que sejam aferidos se os serviços prestados se encontram em perfeitas condições de aceitação por parte da entidade adjudicante.
- 3 – Durante a fase de realização de testes, a entidade adjudicatária deve prestar toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

Cláusula 9.ª – Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

- 1 – No caso da inspeção prevista na cláusula anterior não comprovar a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve disso informar, por escrito, a entidade adjudicatária.

**Reparação do Posto de Transformação do Complexo Escolar do Furadouro
incluindo o Fornecimento e Montagem dos respetivos equipamentos**

2 – No caso previsto no número anterior, a entidade adjudicatária deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela entidade adjudicante, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

3 – Após a realização das reparações ou substituições necessárias pela entidade adjudicatária, no prazo respetivo, a entidade adjudicante procede à realização de nova inspeção, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 10.^a – Aceitação dos bens

1 – Caso a inspeção a que se refere a cláusula sétima comprove a total operacionalidade dos bens, objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e nela não seja detectada quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar do final da inspeção um Auto de Receção, assinado pelos representantes de ambas as partes.

2 – Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para a entidade adjudicante, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.

3 – A assinatura do Auto a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos.

Cláusula 11.^a – Garantia dos bens

1 - Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, a entidade adjudicatária garante os mesmos, pelo prazo indicado na sua proposta, a contar da data da entrega dos bens contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos dos mesmos, que se revelem a partir da respetiva aceitação.

2 – A garantia prevista no número anterior abrange:

- a) A substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;

**Reparação do Posto de Transformação do Complexo Escolar do Furadouro
incluindo o Fornecimento e Montagem dos respetivos equipamentos**

- b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- c) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
- d) A deslocação ao local da instalação/entrega;
- e) A mão-de-obra.

3 – A substituição prevista na presente cláusula deve ser realizada prazo de 24 horas e sem grave conveniente para a entidade adjudicante, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que se destina.

4 – A garantia mínima aceite é de 2 anos.

Cláusula 12.^a – Garantia dos Serviços

A garantia mínima aceite em relação à reparação efetuada é de 2 anos a contar da conclusão da mesma.

Subsecção II - Dever de sigilo

Cláusula 13.^a - Objeto do dever de sigilo

1 - A entidade adjudicatária deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pela entidade adjudicatária ou que esta seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 14.^a – Prazo do dever de sigilo

O dever do sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou da cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

**Reparação do Posto de Transformação do Complexo Escolar do Furadouro
incluindo o Fornecimento e Montagem dos respetivos equipamentos**

Cláusula 15.^a – Proteção de dados

1 – O art.º 6.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados indica as situações em que o tratamento de dados é lícito, designadamente quando **“o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular de dados”, e “o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito”.**

2 – Sempre que sejam remetidos dados pessoais, nomeadamente em relação à equipa de trabalho proposta, os mesmos devam ser acompanhados de declaração de consentimento para o tratamento dos dados para essa finalidade, por parte dos seus titulares.

3 – Nos termos da alínea v) do n.º 1 do art.º 4.º da Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro, a publicitação do contrato, é feita no portal BASE, incluindo anexos e aditamentos, **com exceção** das informações que se relacionem com segredos de natureza comercial, industrial ou outra e das **informações respeitantes a dados pessoais.**

Secção II - Obrigações do Município de Óbidos

Cláusula 16.^a – Preço base

1 - Nos termos do n.º 3 do art.º 47.º do CCP, o preço base fixado para o presente procedimento é de **26.000,00€** (vinte e seis mil euros) e foi fixado, em função dos preços atualizados do mercado obtidos através de consulta preliminar informal prevista no art.º 35.º-A. O preço base pressupõe o valor de 20.000,00€ para o fornecimento dos bens e de 6.000,00€ para a prestação dos respetivos serviços.

2 - Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP são excluídas as propostas que apresentem preço contratual superior ao preço base.

Cláusula 17.^a - Preço contratual

1 — Pela fornecimento dos bens objeto do contrato/prestação dos serviços, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Óbidos deve pagar à entidade adjudicatária o preço de acordo com as condições adjudicadas, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

**Reparação do Posto de Transformação do Complexo Escolar do Furadouro
incluindo o Fornecimento e Montagem dos respetivos equipamentos**

2 - O preço contratual apresentado pelo concorrente contém todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Óbidos, incluindo despesas de alojamento, alimentação e deslocação dos seus meios humanos se necessário, bem como todas as despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção dos seus meios materiais.

3 – Durante o contrato não haverá lugar a revisão de preços.

Cláusula 18.ª - Condições de pagamento

1 - Nas condições de pagamento a apresentar pelo concorrente não podem ser propostos adiantamentos por conta dos bens a fornecer/ serviços a prestar.

2 - A quantia devida pelo Município de Óbidos, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no **prazo máximo de 30 dias** após a receção pelo Município de Óbidos da(s) respetiva(s) fatura(s), a(s) qual(ais) deve(m) ser emitida(s) após o vencimento da obrigação respetiva.

3 – Para efeito do numero anterior, a obrigação considera-se vencida com a aceitação dos bens/prestação dos serviços objeto do contrato.

4 — Em caso de discordância, por parte do Município de Óbidos, quanto ao valor indicado na(s) fatura(s), deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de documento contabilístico adequado, nomeadamente Nota de Credito.

5 — Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 3, a fatura é paga através de transferência bancária.

Capítulo III – Penalidades contratuais

Cláusula 19ª - Penalidades contratuais

1 - No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável à entidade adjudicatária, pode ser aplicada uma penalidade, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = V \cdot A / 500$$

Em que:

**Reparação do Posto de Transformação do Complexo Escolar do Furadouro
incluindo o Fornecimento e Montagem dos respetivos equipamentos**

- **P** corresponde ao montante da penalidade;
- **V** é Igual ao valor do serviço; e
- **A** é o número de dias em atraso.

2 - A competência para decidir a aplicação da penalidade referida no número anterior é do Presidente da Câmara Municipal de Óbidos.

Cláusula 20ª – Força Maior

1 – Não podem ser impostas penalidade à entidade adjudicatária, nem é havida com incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargos de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greve, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados da entidade adjudicatária, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades da entidade adjudicatária ou a grupo de sociedades em que esta se integre, bem como as sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de uma forma resultantes do incumprimento pela entidade adjudicatária de deveres ou ónus que sobre ela recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pela entidade adjudicatária de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações da entidade adjudicatária cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos da entidade adjudicatária não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros;

**Reparação do Posto de Transformação do Complexo Escolar do Furadouro
incluindo o Fornecimento e Montagem dos respetivos equipamentos**

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante de força maior.

O Município de Óbidos procede à retenção de 10% do valor do pagamento a efetuar, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, em caso de cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo adjudicatário das obrigações contratuais ou legais ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

Cláusula 21.ª – Extinção do Contrato

1 - O direito de extinguir o contrato poderá ser exercido pela entidade adjudicante e pela entidade adjudicatária, nos termos previstos na Parte III do CCP.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo, quando houver atraso no fornecimento, por um período superior a 15 dias úteis.

Capítulo IV - Resolução do Contrato

Cláusula 22.ª – Resolução por parte do Município de Óbidos

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o *Município de Óbidos* pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de a entidade adjudicatária violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

a) Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens/serviços objeto do contrato superior a cinco dias ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excedera esse prazo;

b) Fornecimento de bens com características técnicas diferentes.

2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada à entidade adjudicatária.

Cláusula 23.ª - Resolução por parte da entidade adjudicatária

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicatária pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

**Reparação do Posto de Transformação do Complexo Escolar do Furadouro
incluindo o Fornecimento e Montagem dos respetivos equipamentos**

2 — O direito de resolução é exercido por via judicial.

3 — Nos casos previstos no número 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao *Município de Óbidos*, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pela entidade adjudicatária, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo n.º 444 do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo V – Caução e Seguros

Cláusula 24.ª – Caução

Considera-se, face ao valor, o preço contratual inferior a 200.000,00€, que não deve ser exigida caução.

Cláusula 25.ª – Garantia de cumprimento contratual

O Município de Óbidos procede à retenção de 5% do valor do pagamento a efetuar, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, em caso de cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo(s) adjudicatário(s) das obrigações contratuais ou legais ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no(s) contrato(s) ou na lei.

Cláusula 26.ª – Seguros

1 — É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de um contrato de seguro, da atividade que exerce.

2 — O Município de Óbidos pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração do contrato de seguro, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo 5 dias úteis.

**Reparação do Posto de Transformação do Complexo Escolar do Furadouro
incluindo o Fornecimento e Montagem dos respetivos equipamentos**

Capítulo VI – Gestão do contrato

Cláusula 27.^a – Supervisão e controlo

- 1 — O contraente público designa como gestor do contrato, nos termos do artigo 290.º-A, o Sr. Rui Vieira, e nas suas faltas e impedimentos o Eng.º Nuno Cerejeira, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato.
- 2 — O adjudicatário deverá nomear um técnico que o represente em tudo o que concerne ao contrato, o qual servirá de interlocutor entre a entidade adjudicante e o adjudicatário para a resolução e/ou conhecimento de quaisquer assuntos inerentes ao objeto do contrato.
- 3 — Para efeitos do cumprimento do exercício das funções de gestão do contrato o adjudicatário deverá disponibilizar os contactos telefónicos e de endereço de correio eletrónico do representante por si nomeado.
- 4 — O adjudicatário está sujeito à supervisão da execução do contrato, a qual será assegurada pelo gestor de contrato.
- 5 — Caso se verifiquem situações anómalas com base nos relatórios emitidos pelo gestor de contrato, será o adjudicatário notificado para regularização imediata das mesmas.

Capítulo VII – Resolução de litígios

Cláusula 28.^a - Foro Competente

- 1 - Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.
- 2 - As partes podem derrogar o disposto no número anterior por acordo escrito, decidindo submeter à arbitragem algum litígio específico.

Cláusula 29.^a – Extinção do Contrato

- 1 - O direito de extinguir o contrato poderá ser exercido pela entidade adjudicante e pela entidade adjudicatária, nos termos previstos na Parte III do CCP.
- 2 - Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo, quando houver atraso no fornecimento, por um período superior a 15 dias úteis.

**Reparação do Posto de Transformação do Complexo Escolar do Furadouro
incluindo o Fornecimento e Montagem dos respetivos equipamentos**

Capítulo VIII - Disposições finais

Cláusula 30.^a - Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser escritas e redigidas em português, conforme previsto no Código dos Contratos Públicos, através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 31.^a - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 32.^a - Legislação aplicável

1 - A tudo o que não esteja especialmente previsto aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos na sua atual redação e demais, legislação aplicável.

2 — Em respeito pelo n.º 2 do artigo 1.º A do CCP, o adjudicatário compromete-se a executar o contrato em respeito pelas normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

**Reparação do Posto de Transformação do Complexo Escolar do Furadouro
incluindo o Fornecimento e Montagem dos respetivos equipamentos**

**PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS – ESPECIFICAÇÕES PARTE II - CLÁUSULAS RELATIVAS AOS
ASPECTOS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

Cláusula 33.^a – aspetos de execução do contrato submetidos à concorrência

Sem prejuízo dos limites resultantes das vinculações legais ou regulamentares aplicáveis, são aqui fixados, para cada um dos aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência, os **parâmetros base** a que as propostas estão vinculadas, determinando-se, consequentemente, a exclusão de todas aquelas cujos **atributos**, os ultrapassem:

Preço Base :

Limite máximo – **26.000,00€***

Preço Serviços:

Limite máximo – **6.000,00€***

Preço Bens:

Limite máximo – **20.000,00€***

* Valores aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido

Cláusula 34.^a – aspetos de execução do contrato não submetidos à concorrência

Sem prejuízo dos limites resultantes das vinculações legais ou regulamentares aplicáveis, são aqui fixados, para cada um dos aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência, **os limites máximos** a que a proposta está vinculada, determinando-se, consequentemente, a exclusão da mesma cujos **termos ou condições** o ultrapasse.

Prazo de entrega dos bens

Limite máximo – **10 dias seguidos.**

Prazo de garantia dos bens

Limite mínimo: 2 anos

Todos os restantes aspetos constantes do caderno de encargos.

**Reparação do Posto de Transformação do Complexo Escolar do Furadouro
incluindo o Fornecimento e Montagem dos respetivos equipamentos**

PARTE III – CLÁUSULAS TÉCNICAS - ESPECIFICAÇÕES

Cláusula 1.ª – Características dos bens

Durante a execução do contrato e com vista a reparação do Posto de Transformação do Complexo Escolar do Furadouro devem ser fornecidos e instalados os bens abaixo indicados:

EQUIPAMENTO

FORNECIMENTO DE NOVAS CELAS DE MT

Cela MT com função "linha", motorizadas da Ormazabal CGM, ou equivalente	un	3,00
Cela MT com função de Subida de cabos, Ormazabal CGM, ou equivalente	un	1,00
Cela MT com função de rupto fusível, Ormazabal CGM, ou equivalente	un	1,00
Caixa de fim de cabo adequado p/ o novo tipo de celas, de acordo c/ a especificação do fabricante, blindada, conector em cotovelo, In=630A (36kV) Modelo M4000-TB de fabrico Ormazabel ou equivalente	un	9,00
Caixa de fim de cabo adequado p/ o novo tipo de celas, de acordo c/ a especificação do fabricante, blindada, conector em cotovelo, In=200A (36kV) Modelo M4000-LR de fabrico Ormazabel ou equivalente	un	6,00
Fusíveis SIBA 36kV, tipo HH, percursor tipo médio, em conformidade com a IEC 60282-1 instalados na cela de protecção ao transformador	un	3,00
Fusíveis SIBA 36kV, tipo HH, percursor tipo médio, em conformidade com a IEC 60282-1 de reserva	un	3,00

SERVIÇOS

REMOÇÃO DAS CELAS DE MT EXISTENTES

Remoção das 4 celas de MT existentes, incluindo todos os trabalhos acessórios de desmontagem e desligamento dos cabos de MT, das ligações à terra de protecção e transporte das celas removidas p/ o armazém do dono da obra, devidamente acondicionadas	cj	1,00
Remoção das caixas de fim de cabo ligadas às celas existentes e preparação p/ a montagem das novas cx de fim de cabo	un	9,00
Reposicionamento da divisória Distribuidor/Cliente existente, ajustando à dimensão das novas celas	un	1,00
Montagem das novas celas e acessórios	vg	1,00

Cláusula 2.ª – Critérios ambientais

O fornecimento dos bens/prestação dos serviços no âmbito do presente procedimento, devem cumprir com as normas ambientais exigidas, quando aplicável.